

09 de novembro de 2017

À: Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

At.: Srs. Acionistas, Conselheiros e Administradores

Ref.: Relatório de revisão do auditor independente nº REL-2255/2017 sobre as informações contábeis intermediárias referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017

Prezados (as) Senhores (as),

Pela presente, estamos encaminhando aos cuidados de V.Sas. as Informações Contábeis intermediárias para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2017 da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., acompanhadas do Relatório de Revisão do Auditor Independente.

Atenciosamente,

Régis Eduardo Baptista dos Santos
Sócio

Concessionária do Aeroporto Internacional
de Guarulhos S.A.

Informações contábeis intermediárias referente ao
trimestre findo em 30 de setembro de 2017 e
Relatório de revisão do auditor independente sobre
as informações contábeis intermediárias

Em 30 de setembro de 2017

Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017	13

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105 - 12º andar
Edifício Berrini One | Itaim Bibi
São Paulo | SP | Brasil

T +55 11 3886.5100
F +55 11 3887.4800
www.grantthornton.com.br

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da Companhia

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 472.141 mil durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017 e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 1.419.090 mil e o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 2.206.851 mil. A Administração, baseada no plano de negócios, considera que, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses, a Companhia também conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa e reequilíbrio do capital circulante líquido. Em 30 de setembro de 2017, a eventual não confirmação do referido plano de negócios, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Investigações do Ministério Público envolvendo acionistas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que informa que desde setembro de 2016 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pela Justiça Federal e pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada “Operação *Greenfield*”, e que envolvem empresas, acionistas, executivos e partes relacionadas do Grupo Invepar do qual a Companhia faz parte. Até o presente momento não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As informações contábeis intermediárias da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir dessas investigações. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações contábeis intermediárias, relativas às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentadas como informação suplementar para os demais tipos de sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Companhia. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de novembro de 2017.

Régis Eduardo Baptista dos Santos
CT CRC 1SP- 255.954/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE
DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	23.215	49.994
Aplicações financeiras vinculadas	5	236.928	24.592
Contas a receber	6	226.000	223.013
Estoques		1.938	1.892
Impostos a recuperar	7a	30.384	31.543
Despesas antecipadas		12.539	6.251
Outros adiantamentos		3.199	1.940
		<u>534.203</u>	<u>339.225</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	86.388	77.023
Contas a receber	6	10.000	22.135
Estoques		14.745	14.866
Impostos a recuperar	7a	416.728	431.240
Partes relacionadas	8	17.730	17.713
Depósitos judiciais	15	6.674	3.271
Imobilizado	9	18.103	21.482
Intangível	10	15.137.708	15.509.082
		<u>15.708.076</u>	<u>16.096.812</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>16.242.279</u>	<u>16.436.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		72.618	75.543
Empréstimos e financiamentos	11	200.410	126.072
Debêntures	12	51.705	34.444
Impostos a recolher	7d	29.821	29.600
Obrigações com empregados e administradores	13	30.044	33.458
Concessão de serviço público	14	2.138.728	1.249.535
Partes relacionadas	8	25.883	34.549
Receita diferida	16	16.563	14.471
Adiantamento de clientes	17	60.018	141.182
Outros passivos	18	115.266	116.563
		<u>2.741.056</u>	<u>1.855.417</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.661.647	2.700.872
Debêntures	12	703.830	704.608
Impostos diferidos passivos	7b	151.458	210.545
Concessão de serviço público	14	11.222.459	11.747.090
Provisão para obrigações legais	15	9.974	7.402
Receita diferida	16	152.837	157.054
Adiantamento de Clientes	17	18.110	-
		<u>14.920.315</u>	<u>15.527.571</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	19	1.774.558	1.774.558
Prejuízo acumulado		(2.721.509)	(1.653.079)
Resultado do período/exercício		(472.141)	(1.068.430)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(1.419.092)</u>	<u>(946.951)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>16.242.279</u>	<u>16.436.037</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		01/01/2017 a	01/01/2016 a	01/07/2017 a	01/07/2016 a
	Nota	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita líquida de serviços e cessão de espaço		1.293.920	1.222.585	462.117	426.398
Receita de construção		-	100.365	-	21.081
Receita operacional líquida	20	1.293.920	1.322.950	462.117	447.479
Custo dos serviços prestados	21	(954.782)	(962.704)	(323.063)	(326.850)
Custo de construção	21	-	(97.546)	-	(20.489)
Lucro bruto		339.138	262.700	139.054	100.140
Despesas gerais e administrativas	21	(95.453)	(107.970)	(32.657)	(36.197)
Outras receitas e despesas	21	2.199	(2.876)	529	(1.014)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		245.884	151.854	106.926	62.929
Resultado financeiro líquido	22	(777.111)	(1.074.800)	(288.218)	(323.704)
Resultado antes dos impostos		(531.227)	(922.946)	(181.292)	(260.775)
Imposto de renda e contribuição social	7c	59.086	(27.030)	38.875	(23.179)
Prejuízo líquido do período		(472.141)	(949.976)	(142.417)	(283.954)
Prejuízo líquido por ação (em reais)	28	(0,245)	(0,627)	(0,074)	(0,178)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.ADEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS DE TRÊS E NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016(Valores expressos em milhares de reais)

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Prejuízo do período	(472.141)	(949.976)	(142.417)	(283.954)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente no período	<u>(472.141)</u>	<u>(949.976)</u>	<u>(142.417)</u>	<u>(283.954)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.774.558	(2.721.509)	(946.951)
Prejuízo do período		-	(472.141)	(472.141)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2017	19	1.774.558	(3.193.650)	(1.419.092)
	Nota	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		1.424.559	(1.653.078)	(228.519)
Aumento de capital	19	208.001	-	208.001
Prejuízo do período		-	(949.976)	(949.976)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2016	19	1.632.560	(2.603.054)	(970.494)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(531.227)	(922.946)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	572.537	548.051
Margem de construção	20/21	-	(2.819)
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	2.197	1.475
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	5.189	11.756
Provisão para obrigações legais	15	2.572	1.341
Apropriação de receita diferida	16	11.467	(5.291)
Variações monetárias e encargos, líquidas		777.717	1.069.480
Reequilíbrio econômico financeiro		37.674	-
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	717	802
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		3.959	(61.086)
Estoques		75	(148)
Outros adiantamentos		(1.259)	(1.370)
Impostos a recuperar		15.671	21.569
Depósitos judiciais		(3.403)	(1.064)
Despesas antecipadas		(6.305)	(5.925)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		(11.464)	(9.764)
Partes relacionadas		(8.666)	(5)
Obrigações com empregados e administradores		(3.414)	18.401
Impostos a recolher		221	9.056
Adiantamento de clientes		(63.054)	174.174
Outras obrigações e contas a pagar		(1.297)	27.765
Outorga variável	14	147.071	138.696
Pagamento outorga variável	14	(187.102)	(183.541)
Receita diferida		(13.591)	39.569
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>746.285</u>	<u>868.176</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(228.518)	(63.542)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		35.312	13.887
Aquisição de intangível		(19.930)	(81.496)
Aquisição de imobilizado	9	(51)	(322)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(213.187)</u>	<u>(131.473)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	19	-	208.001
Captação de empréstimos	11	41.936	65.824
Pagamento de debêntures e conta garantida	11/12	(46.551)	(1.000)
Juros pagos	11/12	(212.162)	(209.669)
Pagamento da outorga fixa	14	(343.100)	(785.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(559.877)</u>	<u>(721.844)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(26.779)</u>	<u>14.859</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do período		49.994	45.090
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do período		<u>23.215</u>	<u>59.949</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa		<u>(26.779)</u>	<u>14.859</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS DE NOVE MESES
FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/09/2017	30/09/2016
Receitas		1.746.651	1.484.175
Prestação de serviços e cessão de espaço	20	1.751.840	1.395.566
Receita de construção	20	-	100.365
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(5.189)	(11.756)
Insumos adquiridos de terceiros		(802.650)	(646.836)
Custos dos serviços prestados		(754.592)	(469.232)
Custo de construção	21	-	(97.546)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(48.058)	(80.058)
Valor adicionado bruto		944.001	837.339
Retenções			
Depreciação e amortização	21	(572.537)	(546.751)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		371.464	290.588
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras		34.679	38.562
Valor adicionado total a distribuir		406.143	329.150
Distribuição do valor adicionado		406.143	329.150
Pessoal e encargos	21	106.478	120.148
Remuneração direta		75.865	88.799
Benefícios		23.476	25.164
FGTS		7.137	6.185
Impostos, taxas e contribuições		(38.503)	47.182
Federais		(39.365)	46.189
Municipais		862	993
Remuneração do capital de terceiros		810.309	1.111.796
Juros	22	266.498	295.211
Atualização outorga	22	535.685	808.588
Outros		8.126	7.997
Remuneração de capital próprio		(472.141)	(949.976)
Prejuízo do período		(472.141)	(949.976)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTE AOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária” ou “Companhia”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. GRUPAR (“Grupar”), uma controlada do grupo Invepar, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO com 49%, constituída em 8 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objetivo social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 5 (cinco) anos. Esse Contrato de Concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de Outorga Fixa e variável, conforme descritos na nota explicativa nº 14.

Pelos próximos 15 (quinze) anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

Em 30 de setembro de 2017, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 472.141 (R\$ 949.976 em 30 de setembro de 2016), um capital circulante líquido negativo de R\$ 2.206.853 (R\$ 1.516.192 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido negativo em R\$ 1.419.090 (R\$ 946.951 em 31 de dezembro de 2016).

Considerando que, no atual estágio da Concessionária, sua geração de caixa operacional tem por objetivo principal o pagamento das outorgas, podendo ser necessário, em alguns períodos, obter complemento do valor via aporte dos acionistas, é esperado que a Concessionária possua capital circulante negativo, com característica decrescente, cíclica, com pico no terceiro trimestre de cada ano. Isto ocorre porque após o pagamento da Outorga Fixa, todo mês de julho, o caixa tende a reduzir periodicamente com o acúmulo de caixa operacional.

Em 5 de setembro de 2016 foram cumpridos mandados de busca e apreensão na sede da GRUPAR e da INVEPAR, controladora direta e indireta da Concessionária, no âmbito da Operação *Greenfield*. A INVEPAR celebrou, em 13 de setembro de 2016, Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal e com a Polícia Federal, com a finalidade de colaborar com as investigações. Até onde é do conhecimento da Administração, as investigações prosseguem e tanto as investigações quanto os fatos supracitados, não impactaram as operações da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Apresentação das informações contábeis intermediárias

As informações contábeis intermediárias da Concessionária, elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, foram aprovadas em 09 de novembro de 2017 pela Administração da Concessionária.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 das Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016”), publicadas na imprensa oficial em 29 de março de 2017.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016.

2.2. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis e melhorias emitidos pelo IASB:

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento): Introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros;
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento): Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing: Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.
- IFRIC 23 - Incertezas relativas ao tratamento dos tributos sobre o lucro: Esclarece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL).

Algumas das alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e Administração está avaliando os impactos dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

O contrato tem por objeto a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária, a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da INFRAERO para a Concessionária (Fase concluída em 15 de fevereiro de 2013).
- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (Fase concluída em 11 de maio de 2014).
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária - PEA (Fase concluída em 12 de maio de 2016).
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (Fase atual da Concessionária no trimestre findo em 30 de setembro de 2017).

O Contrato de Concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 5 (cinco) anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no Contrato de Concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no Contrato de Concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação, dentre outras, manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, mantendo um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados.

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do Contrato de Concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), a título de Outorga Fixa.

A Concessionária também se comprometeu a realizar contribuição variável anual que corresponde ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

A Concessionária possui como remuneração as receitas tarifárias (tarifa de embarque, de conexão, de pouso e permanência, de armazenagem e capatazia) e receitas não tarifárias (cessão de espaço), inerentes à exploração dos espaços comerciais.

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no Complexo Aeroportuário, sendo que a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

A Concessionária e seu Acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a Concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	3.024	880
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>20.191</u>	<u>49.114</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>23.215</u></u>	<u><u>49.994</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (BACEN) e em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração média de 103,04% do CDI (98,49% do CDI em dezembro de 2016), investimento de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante (a)	236.928	24.592
Não circulante (a)	<u>86.388</u>	<u>77.023</u>
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>323.316</u></u>	<u><u>101.615</u></u>

(a) Títulos para negociação

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 98,84% do CDI (97,80% do CDI em 31 de dezembro de 2016) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta Reserva e da conta Outorga, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Do montante de aplicação financeira registrada no “Circulante”, R\$ 172.827 representa a emissão e cessão em garantia de Certificado de Depósito Bancário (CDB) emitido em 05 de junho de 2017, caucionado com finalidade de garantir a Apólice de Seguro e Contrato de Garantia.

Além disso, do montante de aplicação financeira registrado no não circulante, R\$ 4.159 refere-se à aplicação em CDB junto ao Banco Itaú BBA, remunerado pela taxa média de 75% do CDI, cedido como garantia em contrapartida ao suprimento de energia elétrica no mercado livre, conforme contrato de compra e venda de energia elétrica entre a Concessionária e a Duke Energy.

6. CONTAS A RECEBER

	30/09/2017	31/12/2016
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	110.531	111.095
Armazenagem	16.751	16.510
	<u>127.282</u>	<u>127.605</u>
Contas a receber não tarifárias		
Cessão de espaço	117.259	108.760
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(18.541)	(13.352)
Total contas a receber circulante	<u>226.000</u>	<u>223.013</u>
Total contas a receber não circulante	<u>10.000</u>	<u>22.135</u>

Em 30 de setembro de 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
30 DE SETEMBRO DE 2017	236.000	(18.541)	220.711	6.988	2.724	2.374	452	786	2.002	18.504

	Total líquido de PCLD	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2016	245.148	(13.352)	230.159	10.663	1.246	790	887	699	897	13.159

Em 30 de setembro de 2017 a provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é de R\$ 18.541 (R\$ 13.352 em 31 de dezembro de 2016), onde 99% desse total representam títulos vencidos há mais de 180 dias.

A Concessionária não considera na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa os títulos vencidos a mais de 180 dias que não representam risco de crédito.

Movimentação na provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa.

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo no início do período	(13.352)	(9.126)
Adições	(6.265)	(22.876)
Reversões	1.076	8.818
Baixa	-	9.832
Saldo no fim do período	<u>(18.541)</u>	<u>(13.352)</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
IRRF	4.149	7.888
IRPJ a compensar	541	258
CSLL a compensar	107	48
PIS e COFINS	25.546	23.308
ISS	41	41
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>30.384</u>	<u>31.543</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>416.728</u>	<u>431.240</u>

Os impostos a recuperar são decorrentes, principalmente, de crédito de PIS e COFINS sobre os investimentos e insumos além do IRRF sobre aplicações financeiras.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, e em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	688.029	688.029
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Outorga fiscal(*)	(639.140)	(671.638)
AVP outorga fiscal	(182.503)	(208.611)
Margem de construção(*)	(34.382)	(36.075)
AVP reequilíbrio	(1.503)	(291)
	<u>(151.458)</u>	<u>(210.545)</u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do Contrato de Concessão, conforme Inciso IV do art. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária não constituiu o montante de R\$ 116.300 em 30 de setembro de 2017 (R\$ 363.064 em 31 de dezembro de 2016) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. O valor acumulado, até 30 de setembro de 2017, de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.146.278 (R\$ 1.024.838 em 31 de dezembro de 2016).

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2021	13.772
2022	38.195
2023	73.241
2024 a 2026	580.862
	<u>706.070</u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos 10 anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social nominais e efetivo

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(531.227)	(922.946)	(181.292)	(260.775)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	180.617	313.802	61.640	88.664
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do período				
Diferenças permanentes	(91)	(48)	(43)	(20)
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(121.440)	(340.784)	(22.722)	(111.822)
Total dos impostos no resultado - diferido	59.086	(27.030)	38.875	(23.179)

d) Impostos a recolher

	30/09/2017	31/12/2016
PIS e COFINS	19.712	20.607
ISS	6.422	4.601
ISS terceiros	730	805
IRRF	941	1.192
INSS s/terceiros	1.192	1.232
PIS, COFINS e contribuição social	824	1.163
Circulante	29.821	29.600

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	30/09/2017	
			Ativo não circulante	Passivo Circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
ACSA	Prestação de serviços de consultoria	Acionista direto	-	-
CART (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRORIO (ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457
			17.730	25.883

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2016	
			Ativo não circulante	Passivo Circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.713	24.905
ACSA	Prestação de serviço de consultoria	Acionista direto	-	8.666
CART(ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Coligada	-	521
METRORIO(ii)	Folha de pagamento de Funcionários a Serviço GRU	Coligada	-	457
			17.713	34.549

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária possui valores a repassar de receitas e custos pertencentes a INFRAERO, provenientes da operação do terminal de cargas que realizaram suas entradas no período anterior a 15 de novembro de 2012 as quais foram recebidas pela Concessionária.
- (ii) Os passivos com as coligadas CART e Metrô Rio são valores referentes a gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o período foi a seguinte:

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	6.795	3.803	1.181	953
Outros benefícios	363	2.887	139	866
Encargos	1.312	1.168	220	309
Total da remuneração	8.470	7.858	1.540	2.128

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

Em 30 de setembro de 2017, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 1.850 (R\$ 3.076 em dezembro de 2016). A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2017 para o exercício de 2017 é de R\$ 13.348, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Saldo em 30/09/2017
Custo					
Instalações	5%	11.944	-	-	11.944
Máquinas e equipamentos	10%	3.563	-	138	3.701
Móveis e utensílios	10%	2.743	-	-	2.743
Veículos	20%	2.105	-	114	2.219
Equipamentos de informática	20%	10.502	51	(252)	10.301
Total		30.857	51	-	30.908
Depreciação acumulada					
Instalações		(166)	(855)	-	(1.021)
Máquinas e equipamentos		(1.851)	(452)	-	(2.303)
Móveis e utensílios		(1.254)	(299)	-	(1.553)
Veículos		(807)	(280)	-	(1.087)
Equipamentos de informática		(5.297)	(1.544)	-	(6.841)
Total		(9.375)	(3.430)	-	(12.805)
Imobilizado líquido		21.482	(3.379)	-	18.103

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2016
Custo						
Instalações	5%	1.240	24	-	126	1.390
Máquinas e equipamentos	10%	6.213	43	(2.767)	-	3.489
Móveis e utensílios	10%	2.587	26	-	127	2.740
Veículos	20%	2.111	-	-	-	2.111
Equipamentos de informática	20%	8.436	229	-	(253)	8.412
Total		20.587	322	(2.767)	-	18.142
Depreciação acumulada						
Instalações		(90)	(54)	-	-	(144)
Máquinas e equipamentos		(2.205)	(799)	1.300	-	(1.704)
Móveis e utensílios		(865)	(290)	-	-	(1.155)
Veículos		(492)	(265)	-	-	(757)
Equipamentos de informática		(3.615)	(1.262)	-	-	(4.877)
Total		(7.267)	(2.670)	1.300	-	(8.637)
Imobilizado líquido		13.320	(2.348)	(1.467)	-	9.505

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 30 de setembro de 2017, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2017
Custo						
Software e sistemas	20%	26.225	-	-	682	26.907
Outorga fixa - concessão	(a)	13.918.432	170.305	-	-	14.088.737
Investimento para concessão	(a)	4.013.079	6.498	-	20.015	4.039.592
Em andamento		23.388	23.108	-	(20.697)	25.799
Adiantamento a fornecedores		2.198	20	(2.198)	-	20
Total		17.983.322	199.931	(2.198)	-	18.181.055
Amortização						
Software	20%	(11.250)	(3.990)	-	-	(15.240)
Outorga fixa - concessão	(a)	(2.037.901)	(420.377)	-	-	(2.458.278)
Investimento para concessão	(a)	(425.089)	(144.740)	-	-	(569.829)
Total		(2.474.240)	(569.107)	-	-	(3.043.347)
Intangível líquido		15.509.082	(369.176)	(2.198)	-	15.137.708
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 30/09/2016
Custo						
Software e sistemas	20%	44.374	481	-	(17.628)	27.227
Outorga fixa - concessão	(a)	13.490.813	355.327	-	-	13.846.140
Investimento para concessão	(a)	3.798.316	29.697	(8)	129.368	3.957.373
Em andamento		76.479	77.373	-	(111.347)	42.505
Adiantamento a fornecedores		392	2.196	-	(393)	2.195
Total		17.410.374	465.074	(8)	-	17.875.440
Amortização						
Software	20%	(7.933)	(4.367)	-	2.189	(10.111)
Outorga fixa - concessão	(a)	(1.487.992)	(410.861)	-	-	(1.898.853)
Investimento para concessão	(a)	(249.056)	(130.153)	-	(2.189)	(381.398)
Total		(1.744.981)	(545.381)	-	-	(2.290.362)
Intangível líquido		15.665.393	(80.307)	(8)	-	15.585.078

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a Outorga Fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a Outorga Fixa estão descritos na nota explicativa nº 14.

As adições no período referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da Outorga Fixa.

No período findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados no ativo intangível R\$ 170.305 de atualização monetária da Outorga Fixa (R\$ 355.327 no período findo em 30 de setembro de 2016) e R\$ 1.158 de juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 6.579 no período findo em 30 de setembro de 2016).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 30 de setembro de 2017 não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2017 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do Contrato de Concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2016	Captação	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 30/09/2017
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.941.629	29.005	(22.908)	142.887	(126.458)	1.964.155
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.993	500	-	118	(99)	2.512
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	832.620	12.431	(9.463)	66.808	(57.524)	844.872
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	22	(21)	6
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	spread	50.697	-	-	5.615	(5.800)	50.512
Total					2.826.944	41.936	(32.371)	215.450	(189.902)	2.862.057
Parcela do circulante										200.410
Parcela do não circulante										2.661.647

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais (spread)	Saldo Inicial 31/12/2015	Captação	Pagamento Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Saldo final 30/09/2016
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.879.610	14.145	-	150.466	(130.141)	1.914.080
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.285	679	-	107	(90)	1.981
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	806.070	-	-	67.015	(55.090)	817.995
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	5	-	-	16	(16)	5
Caixa Econômica Federal	Conta Garantida	dez/18	CDI	spread	-	51.000	(1.000)	3.562	(2.873)	50.689
Total					2.686.970	65.824	(1.000)	221.166	(188.210)	2.784.750
Parcela do circulante										96.115
Parcela do não circulante										2.688.635

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. Em 30 de setembro de 2017 o montante capitalizado no período foi de R\$ 1.158 (R\$ 6.579 no período findo em 30 de setembro de 2016).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2018	36.199
2019	152.895
2020	197.294
2021 em diante	2.275.259
	2.661.647

Fiança

Em 01 de julho de 2014 a Concessionária contratou Carta Fiança no montante de R\$ 665 para garantir o pagamento de quantias questionadas nos autos da Execução de Título Extrajudicial, processo nº 1007422-31.2014.8.26.0224 perante o Juízo de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Guarulhos – SP. Este saldo é atualizado de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e com o *spread* de 2,9% a.a.

Conta Garantida

Em 28 de abril de 2016, a Concessionária utilizou o montante de R\$ 50.000 da conta garantida, com a finalidade de limite de crédito rotativo, com juros remuneratórios obtidos pela composição da taxa CDI Cetip e sobrepreço efetivo anual, incidentes sobre a média aritmética simples dos saldos devedores diários.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os empréstimos e financiamentos, relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e aos bancos repassadores: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário, são garantidos através do penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão, penhor dos direitos de administração de conta corrente e penhor de ações dos acionistas (INFRAERO e GRUPAR).

Além das garantias apresentadas, a Concessionária possui um contrato de suporte de acionistas (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando a contribuição fixa e variável.

Conforme contrato de financiamento com o BNDES os *covenants* financeiros deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Em 23 de maio de 2017, foi solicitado a anuência do BNDES para o pagamento parcelado da Outorga Fixa no ano de 2017, entre o período de 11 de julho a 20 de dezembro. Devido não preenchimento da Conta Outorga Fixa, em 12 de maio de 2017, as contas do projeto ficaram bloqueadas, sendo que liberar-se-ia o saldo da Conta Outorga Fixa para uso exclusivo da amortização da Outorga Fixa nos dias 11 de julho, 30 de agosto, 30 de setembro, 30 de outubro, 30 de novembro e 20 de dezembro de 2017.

Em resposta à carta enviada em 23 de maio de 2017, o BNDES autorizou a (i) transferência diária do excedente de saldo acumulado na conta pagamento, devido ao bloqueio das “Contas do Projeto”, desde o dia 15 de maio de 2017, para a conta Outorga Fixa; (ii) a utilização do saldo apurado na Conta Outorga Fixa para a amortização até 20 de dezembro de 2017 e (iii) o pagamento da Contribuição Tarifária, criada pela ANAC em substituição ao ATAERO, diretamente na Conta Ataero.

Conforme acordado com o BNDES, bancos repassadores e de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas, o Banco Itaú (Banco Administrador das contas do Aeroporto) efetuou temporariamente o bloqueio das contas bancárias, ocasionando no aumento no controle dos pagamentos, a saber: (i) limite de alçada para realizar pagamentos, considerando como meta a média de pagamentos realizados no último trimestre; (ii) todas as operações bancárias passam a ser realizadas apenas pelo Banco Itaú; (iii) do montante recebido diariamente será retido o recurso para pagamento dos Repasses ao Governo (Contribuição Tarifária/Repasso ao Tesouro); (iv) do saldo remanescente dos recebimentos cedidos fiduciariamente passa a ser dividido em 35% para Conta Operação e 65% para composição da Conta Pagamento; (v) após a composição da Conta Pagamento, o saldo excedente será transferido para composição das demais Contas. O bloqueio das contas não interfere na operação e no funcionamento do Aeroporto.

12. DEBÊNTURES

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a, correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª Série terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª Série em 15 de junho, a 3ª Série em 15 de setembro e a 4ª Série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 9 (nove) parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das Notas Promissórias emitidas em 7 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Data</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2016	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 30/09/2017
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	385.200	(14.180)	28.299	(22.260)	-	377.059
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.541	-	23.907	-	-	386.448
Custo com emissão				(8.689)	-	-	-	717	(7.972)
Total				739.052	(14.180)	52.206	(22.260)	717	755.535

Parcela do circulante	51.705
Parcela do não circulante	703.830

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos Anuais	Saldo Inicial 31/12/2015	Pagamento do Principal	Juros Incorridos	Pagamento de Juros	Custo de Emissão	Saldo final 30/09/2016
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	361.269	-	43.120	(21.459)	-	382.930
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	340.095	-	37.500	-	-	377.595
Custo com emissão				(9.734)	-	-	-	802	(8.932)
Total				691.630	-	80.620	(21.459)	802	751.593

Parcela do circulante	46.932
Parcela do não circulante	704.661

Em 30 de setembro de 2017, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 7.972 (R\$ 8.932 em 30 de setembro de 2016).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2018	15.930
2019	48.349
2020	66.811
2021	81.630
2022 em diante	491.110
	<u>703.830</u>

No período de 01 de janeiro até 30 de setembro de 2017, a Concessionária realizou pagamento de juros no montante total de R\$ 22.260, sendo R\$ 7.391 da 1ª Série, R\$ 7.442 da 2ª Série e R\$ 7.427 da 3ª Série todos referente à 1ª emissão de Debêntures. Adicionalmente, iniciou-se a amortização do principal, seguindo o cronograma, no montante de R\$ 14.180, atualizado pelo IPCA, da 1ª Série, da 2ª Série e da 3ª Série, todos da 1ª Emissão de Debêntures

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

As debêntures têm como garantias o penhor da totalidade das ações de seus acionistas (INFRAERO e GRUPAR), a cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e cessão fiduciária dos direitos creditórios da conta centralizadora, que são compartilhados com o financiamento do BNDES, além do Suporte de Acionistas (*Equity Support Agreement* - ESA). Conforme contrato de financiamento com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) os *covenants* deverão ser apresentados, obrigatoriamente, após a conclusão de todas as obras financiadas, o que deverá ocorrer a partir de 2019 e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

13. OBRIGAÇÕES COM EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

	30/09/2017	31/12/2016
INSS a recolher	2.298	2.748
FGTS a recolher	503	909
Férias e encargos sobre férias	11.300	13.671
13º Salários encargos sociais	5.868	-
Programa de participação nos resultados	9.700	15.670
Outros	375	460
	<u>30.044</u>	<u>33.458</u>

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo Inicial 31/12/2016	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação	Pagamento	Saldo final 30/09/2017
Outorga variável	187.102	147.071	-	-	-	-	(187.102)	147.071
Outorga fixa	1.105.715	-	46.178	21.565	1.169.689	-	(343.100)	2.000.047
(-) Reequilíbrio	(43.282)	-	(1.693)	-	(8.390)	44.975	-	(8.390)
Circulante	1.249.535	147.071	44.485	21.565	1.161.299	44.975	(530.202)	2.138.728
Outorga fixa	11.827.018	-	493.536	148.740	(1.169.689)	-	-	11.299.605
(-) Reequilíbrio	(79.928)	-	(5.608)	-	8.390	-	-	(77.146)
Não circulante	11.747.090	-	487.928	148.740	(1.161.299)	-	-	11.222.459
Total	<u>12.996.625</u>	<u>147.071</u>	<u>532.413</u>	<u>170.305</u>	<u>-</u>	<u>44.975</u>	<u>(530.202)</u>	<u>13.361.187</u>

Objeto	Saldo inicial 31/12/2015	Adições	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência	Pagamento	Saldo final 30/09/2016
Outorga variável	183.541	138.696	-	-	-	(183.541)	138.696
Outorga fixa	1.032.826	-	91.595	40.251	1.099.760	(785.000)	1.479.432
Circulante	1.216.367	138.696	91.595	40.251	1.099.760	(968.541)	1.618.128
Outorga fixa	11.648.476	-	716.993	315.076	(1.099.760)	-	11.580.785
Não circulante	11.648.476	-	716.993	315.076	(1.099.760)	-	11.580.785
Total	<u>12.864.843</u>	<u>138.696</u>	<u>808.588</u>	<u>355.327</u>	<u>-</u>	<u>(968.541)</u>	<u>13.198.913</u>

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA

O pagamento realizado no período refere-se à juros, multa e principal, decorrentes do parcelamento da outorga em 2017 e residual de juros da outorga 2016.

Pela assinatura do Contrato de Concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% (nove vírgula quinze por cento) conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes. Os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% (dez por cento) sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no Contrato de Concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15% (quinze por cento).

Em 12 de maio de 2017, a Concessionária comunicou ao mercado que, tendo em vista a proposta de reprogramação do pagamento da contribuição fixa anual devida no ano de 2017, encaminhada pela Concessionária em janeiro de 2017 à Secretaria de Aviação Civil, a qual, até a data limite da composição da Conta Reserva, 12 de maio de 2017, não havia sido respondida. A Concessionária não realizou a composição da Conta Reserva prevista nos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Bancos Repassadores e a nas escrituras da 1ª e da 2ª emissão de debêntures da Concessionária, uma vez que a obrigação de pagamento da outorga fixa poderá ser postergada de julho de 2017 para dezembro de 2017, devido a publicação da Portaria nº 135 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a qual, dentre outros temas, tratou da possibilidade de se autorizar a reprogramação do cronograma de recolhimento da Contribuição Fixa dos contratos de concessão federal para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas, tal aprovação está em avaliação pela Concessionária.

Do total da outorga devida em 2017, a Concessionária realizou no trimestre os pagamentos mensais, totalizando um montante de R\$ 339.748, além da compensação da parcela do reequilíbrio econômico financeiro no montante de R\$ 44.975, ficando saldo remanescente a ser liquidado até dezembro de 2017, no montante de R\$ 838.776.

Reequilíbrio econômico financeiro

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC 121, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à INFRAERO no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada, entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016 a Diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC decidiu aprovar a 1ª Revisão Extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Conforme estabelecido na decisão nº 191 da ANAC a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal, e eventuais diferenças relativas as estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA, calculado pelo IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Conforme cronograma, em 11 de julho de 2017, as parcelas correspondentes aos anos de 2016 e 2017, atualizadas pelo IPCA, foram compensadas no momento do pagamento da outorga fixa, totalizando um montante de R\$ 44.975.

15. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/09/2017</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	7.137	595	(14)	1.612	9.330
Tributário (b)	21	256	(133)	13	157
Administrativos (c)	218	187	(21)	25	409
Cíveis (d)	26	84	(33)	1	78
Total	<u>7.402</u>	<u>1.122</u>	<u>(201)</u>	<u>1.651</u>	<u>9.974</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	2.473	2.211
Tributários (b)	9.291	369
Administrativo (c)	16	15
Cíveis (d)	96	9
Total	<u>11.876</u>	<u>2.604</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização).

b) Riscos tributários

Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, de natureza tributária, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto e Autos de Infração lavrados pela Prefeitura de Guarulhos arguindo a cobrança de ISS.

c) Administrativo

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, ANVISA, IPEN-SP/INMETRO, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária.

Depósitos recursais e judiciais

Em 30 de setembro de 2017, a Concessionária possuía R\$ 6.674 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 3.271 em 31 de dezembro de 2016).

16. RECEITA DIFERIDA

	<u>Saldo Inicial</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Apropriação</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo final</u> <u>30/09/2017</u>
Circulante					
Cessão de espaço	7.329	-	(6.109)	7.587	8.807
Reequilíbrio	7.142	-	(5.358)	5.972	7.756
	<u>14.471</u>	<u>-</u>	<u>(11.467)</u>	<u>13.559</u>	<u>16.563</u>
Não Circulante					
Cessão de espaço	83.149	9.342	-	(7.587)	84.904
Reequilíbrio	73.905	-	-	(5.972)	67.933
	<u>157.054</u>	<u>9.342</u>	<u>-</u>	<u>(13.559)</u>	<u>152.837</u>
	<u>171.525</u>	<u>9.342</u>	<u>(11.467)</u>	<u>-</u>	<u>169.400</u>

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

A atualização do reequilíbrio econômico, feita por meio do reconhecimento do ajuste a valor presente ao resultado, se dá em base sistemática semelhante à apropriação da receita diferida. Por este motivo, o montante de receita diferida de reequilíbrio econômico no passivo não circulante não teve qualquer movimentação de atualização.

17. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Circulante	60.018	141.182
Não circulante	18.110	-
Total	<u>78.128</u>	<u>141.182</u>

Em 09 de maio de 2016, a Concessionária recebeu o montante de R\$ 213.790, referente a antecipação de recebíveis, lastreados na remuneração mínima mensal e remuneração variável de contratos.

Os valores estão relacionados à transmissão do direito de exclusividade na exploração das atividades que podem ser objeto de geração de receitas não-tarifárias.

18. OUTROS PASSIVOS

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Repasso ATAERO (a)	3.092	56.772
Repasso PAN/PAT (b)	77	61
Repasso ao Tesouro Nacional (c)	65.843	59.730
Contribuição Tarifária (d)	<u>46.255</u>	<u>-</u>
Total	<u>115.266</u>	<u>116.563</u>

- (a) O repasse ATAERO era o adicional tarifário instituído pela Lei nº 7.920/89, cobrado sobre as tarifas aeroportuárias no percentual de 35,90% (trinta e cinco vírgula noventa por cento) dos valores efetivamente cobrado dos usuários. A Lei nº 13.319/16 extinguiu a cobrança deste repasse e criou a Contribuição Tarifária, sem impactos no resultado da Concessionária;
- (b) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao DECEA – Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas;
- (c) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00 (dezoito dólares estadunidense) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão.
- (d) A Contribuição Tarifária corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 30 de setembro de 2017 o capital social da Concessionária é de R\$ 1.774.558 (em 31 de dezembro de 2016 era R\$ 1.774.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	<u>30/09/2017</u>		
	<u>Capital</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	905.025	984.119.242	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	869.533	945.526.331	49
Total	<u>1.774.558</u>	<u>1.929.645.573</u>	<u>100</u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 29 de setembro de 2016, a Concessionária realizou aumento de capital social no valor de R\$ 208.001, mediante a emissão de 270.130.000 novas ações ordinárias.

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Receita operacional bruta tarifária				
Receita de aeronave e passageiros	686.337	457.523	243.218	159.332
Receita de armazenagem e capatazia	387.294	254.282	140.289	91.388
Total da receita operacional bruta tarifária	1.073.631	711.805	383.507	250.720
Receita operacional bruta não tarifária				
Cessão de espaço	678.209	683.761	241.381	234.681
Total da receita operacional bruta não tarifária	678.209	683.761	241.381	234.681
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	1.751.840	1.395.566	624.888	485.401
Deduções da receita bruta	(457.920)	(172.981)	(162.771)	(59.003)
PIS	(28.794)	(22.885)	(10.295)	(7.985)
COFINS	(132.627)	(105.408)	(47.418)	(36.777)
ISS	(53.682)	(35.590)	(19.176)	(12.536)
Contribuição tarifária	(235.876)	-	(84.880)	-
Devoluções e cancelamentos	(6.941)	(9.098)	(1.002)	(1.705)
Receitas líquida de serviços e cessão de espaço	1.293.920	1.222.585	462.117	426.398
Receita de construção	-	100.365	-	21.081
Receita operacional líquida	1.293.920	1.322.950	462.117	447.479

21. CUSTO E DESPESAS

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Pessoal e encargos	(106.478)	(120.148)	(34.624)	(42.105)
Conservação e manutenção	(79.593)	(80.041)	(27.581)	(26.587)
Comunicação, marketing e publicidade	(899)	(2.506)	(214)	(705)
Seguros e garantias	(12.097)	(7.085)	(4.764)	(3.688)
Serviços de terceiros	(102.430)	(104.669)	(35.916)	(35.791)
Veículos	(1.427)	(1.153)	(447)	(396)
Consultoria e assessoria	(5.531)	(7.666)	(1.526)	(2.334)
Aluguéis e impostos	(23.311)	(23.649)	(7.198)	(8.902)
Energia elétrica	(20.789)	(49.172)	(6.348)	(13.389)
Contingências	(2.613)	(1.341)	(1.252)	(448)
PCLD	(5.189)	(11.756)	(2.277)	(4.473)
Outorga variável (*)	(144.645)	(137.160)	(51.620)	(47.593)
Depreciação e amortização	(572.537)	(546.751)	(191.579)	(183.645)
Custo de construção	-	(97.546)	-	(20.489)
Outros	29.503	19.547	10.155	5.995
	<u>(1.048.036)</u>	<u>(1.171.096)</u>	<u>(355.191)</u>	<u>(384.550)</u>
 Custo dos serviços prestados	 (954.782)	 (962.704)	 (323.063)	 (326.850)
Custo de construção	-	(97.546)	-	(20.489)
Despesas gerais e administrativas	(95.453)	(107.970)	(32.657)	(36.197)
Outras receitas e despesas administrativas	2.199	(2.876)	529	(1.014)
	<u>(1.048.036)</u>	<u>(1.171.096)</u>	<u>(355.191)</u>	<u>(384.550)</u>

(*) Detalhes dos valores da Outorga Variável estão descritos na Nota Explicativa nº 14.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Receita financeira				
Juros sobre aplicações financeiras	28.495	34.315	8.800	10.357
Outras receitas financeiras(*)	4.581	2.405	556	653
Total	<u>33.076</u>	<u>36.720</u>	<u>9.356</u>	<u>11.010</u>
Despesas financeiras				
Atualização monetária sobre outorga fixa	(535.685)	(808.588)	(209.169)	(227.054)
Juros sobre debêntures	(52.206)	(80.620)	(15.516)	(22.741)
Juros sobre empréstimos	(214.292)	(214.586)	(70.834)	(81.775)
Comissões e despesas bancárias	(5.090)	(4.164)	(1.478)	(1.746)
Outros	(2.914)	(3.562)	(577)	(1.398)
Total	<u>(810.187)</u>	<u>(1.111.520)</u>	<u>(297.574)</u>	<u>(334.714)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(777.111)</u>	<u>(1.074.800)</u>	<u>(288.218)</u>	<u>(323.704)</u>

(*) Outras receitas financeiras referentes à multa e juros sobre valores recebidos em atraso e atualização de créditos tributários.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance.

Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

24. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social - INFRAPREV - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da INFRAERO, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - Contrato de Concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - Das Disposições Transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do INFRAPREV, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Em 30 de setembro de 2017, não foi identificado passivo atuarial líquido relevante, conforme última avaliação atuarial realizada.

25. SEGUROS

Em 30 de setembro de 2017, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantam continuidade e eficácia das operações realizadas no Aeroporto, como seguro de responsabilidade civil, seguro de riscos operacionais, seguro de riscos de engenharia, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao Aeroporto).

Modalidade (*)	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Riscos operacionais	1.600.000	24/05/2017	24/05/2018	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2017	24/05/2018	Mapfre Seguros
Garantia de obrigações públicas	651.853	04/06/2017	04/06/2018	Fator Seguradora
Riscos de engenharia, obras civis em construção/instalação montagem	121.394	26/03/2013	28/02/2018	Tokio Marine Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	3.300	24/05/2017	24/05/2018	Allianz Seguros S.A.
Seguro de vida – bombeiros	4.900	24/05/2017	24/05/2018	Tokio Marine Seguradora
Seguro de frota	50.000	24/05/2017	24/05/2018	Itau Seguradora S.A.

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do Grupo Invepar, com vigência de Mar/17 a Mar/18 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de setembro de 2017 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		30/09/2017		
		Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		23.215	-	23.215
Aplicações financeiras vinculadas		323.316	-	323.316
Contas a receber		-	236.000	236.000
Partes relacionadas		-	17.730	17.730
Total do ativo		346.531	253.730	600.261
Passivos				
Fornecedores		-	72.618	72.618
Partes relacionadas		-	25.883	25.883
Empréstimos e financiamentos		-	2.862.057	2.862.057
Debêntures (*)		-	763.507	763.507
Obrigações com poderes concedentes		-	13.361.187	13.361.187
Total do passivo		-	17.085.252	17.085.252
Instrumentos financeiros		31/12/2016		
		Valor justo	Custo amortizado	Total
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa		49.994	-	49.994
Aplicações financeiras vinculadas		101.615	-	101.615
Contas a receber		-	245.148	245.148
Partes relacionadas		-	17.713	17.713
Total do ativo		151.609	262.861	414.470
Passivos				
Fornecedores		-	75.543	75.543
Partes relacionadas		-	34.549	34.549
Empréstimos e financiamentos		-	2.826.944	2.826.944
Debêntures (*)		-	747.741	747.741
Obrigações com poderes concedentes		-	12.996.625	12.996.625
Total do passivo		-	16.681.402	16.681.402

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo.

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	30/09/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	23.215	23.215	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	323.316	-	323.316	-
Total	346.531	23.215	323.316	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	30/09/2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.862.057	-	2.862.057	-
Debêntures (*)	763.507	-	763.507	-
Concessão de serviço público	13.361.187	-	-	13.361.187
Total	16.986.751	-	3.625.564	13.361.187

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	49.994	49.994	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	101.615	-	101.615	-
Total	151.609	49.994	101.615	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.826.944	-	2.826.944	-
Debêntures (*)	747.741	-	747.741	-
Concessão de serviço público	12.996.625	-	-	12.996.625
Total	16.571.310	-	3.574.685	12.996.625

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures em 30 de setembro de 2017 apresentam valor de mercado R\$ 695.380 (R\$ 639.142 em 31 de dezembro de 2016). Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

As operações da Concessionária estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

b) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 6.

c) Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

O quadro a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 30 de setembro de 2017 e de 31 de dezembro de 2016.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 30/09/2017
Fornecedores	72.618	-	-	-	72.618
Empréstimos	374.441	2.676.752	2.677.180	3.029.043	8.757.416
Debêntures	75.570	213.089	312.726	670.572	1.271.957
Concessão de serviço público	1.188.511	2.528.015	2.735.910	17.402.232	23.854.668
	1.711.140	5.417.856	5.725.816	21.101.847	33.956.659

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2016
Fornecedores	75.543	-	-	-	75.543
Empréstimos	353.641	762.749	1.058.885	3.539.655	5.714.930
Debêntures	74.135	205.531	281.784	816.597	1.378.047
Concessão de serviço público	1.107.164	2.446.078	2.670.275	19.712.197	25.935.714
	<u>1.610.483</u>	<u>3.414.358</u>	<u>4.010.944</u>	<u>24.068.449</u>	<u>33.104.234</u>

d) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Nos quadros abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, sendo: cenário provável, o adotado pela Concessionária com base nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, e cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados com deterioração de 25% (cenário A) e 50% (cenário B) da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	30/09/2017	Risco/ indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Caixa e equivalentes de caixa	23.215	-	2.338	1.753	1.169
Aplicações financeiras vinculadas	323.316	CDI (% ao ano)	32.558	24.418	16.279
Referência para ativos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
CDI (% ao ano)			10,07%	7,55%	5,04%

Passivo financeiro

Operação	30/09/2017	Risco/indexador	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Empréstimos	2.862.057	TJLP (% ao ano)	204.637	255.796	306.956
Debêntures	763.507	IPCA (% ao ano)	22.371	27.963	33.556
Outorga Fixa	13.361.187	IPCA (% ao ano)	391.483	489.353	587.224
Referência para passivos financeiros			Provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)			7,15%	8,94%	10,73%
IPCA (% ao ano)			2,93%	3,66%	4,40%

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	30/09/2017	30/09/2016
Encargos financeiros sobre empréstimos financiamentos capitalizados	1.158	6.579
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	170.305	355.327
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (Fornecedores)	8.537	18.853

28. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício / período, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 30 de setembro de 2017 e em 30 de setembro de 2016, e consequentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	01/01/2017 a 30/09/2017	01/01/2016 a 30/09/2016	01/07/2017 a 30/09/2017	01/07/2016 a 30/09/2016
Numerador				
Resultado do período atribuído aos acionistas da Concessionária	(472.141)	(949.976)	(142.417)	(283.954)
Denominador (em milhares de ações)	1.929.645	1.514.783	1.929.645	1.594.148
Média ponderada por número de ações				
Resultado básico e diluído por ação - em Reais	<u>(0,245)</u>	<u>(0,627)</u>	<u>(0,074)</u>	<u>(0,178)</u>

29. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 16 de outubro de 2017, a Concessionária realizou o pagamento de juros e amortização dos empréstimos de financiamento de longo prazo no montante de R\$ 26.678, sendo R\$ 18.554 para BNDES e R\$ 8.124 para os bancos repassadores;

Ainda nesta data, a Concessionária realizou o pagamento de juros sobre Debêntures no montante de R\$ 23.144;

Em 31 de outubro de 2017, a Concessionária realizou o pagamento da 5ª parcela da outorga fixa no montante de R\$ 70.579.

* * *